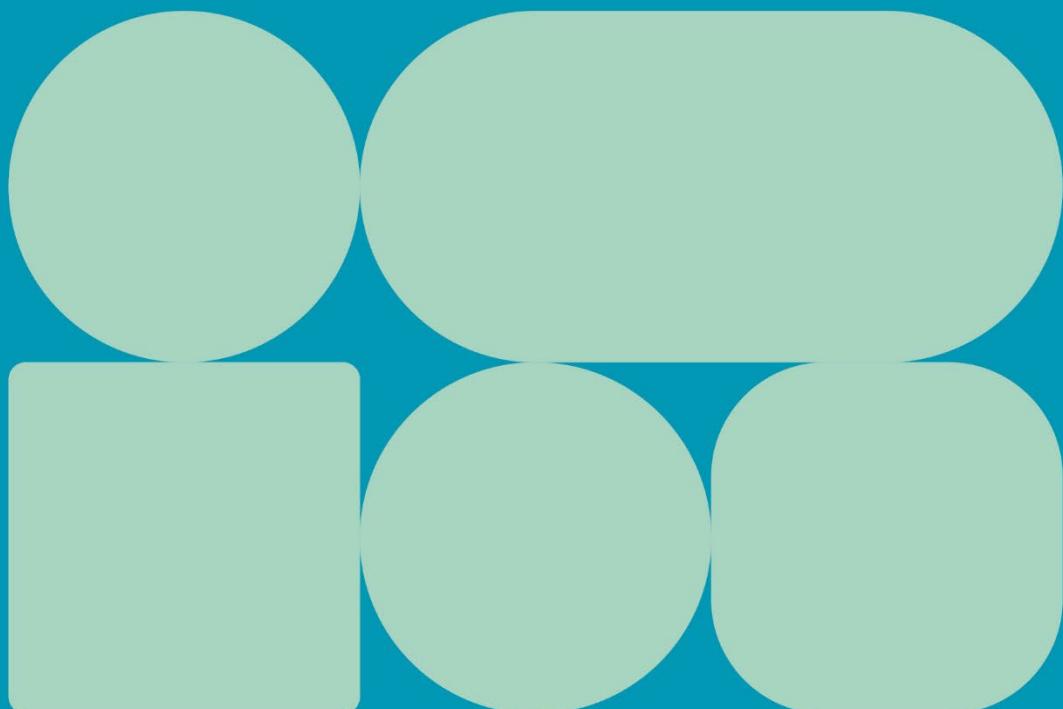


# Relatório de Avaliação Intercalar **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

Outubro 2025



**ÍNDICE**

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	2
<b>ENQUADRAMENTO</b>	9
<b>1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS</b>	10
<b>2. ANÁLISE</b>	11
2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão	11
2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais	12
Riscos Transversais	14
• Todas as atividades	14
2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos	17
Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)	21
• Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)	21
• Departamento de Recursos Humanos (DRH)	23
Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)	25
• Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)	25
• Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)	27
Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)	28
• Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)	28
Direção Municipal de Cultura (DMCL)	30
• Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)	30
Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)	32
• Departamento de Promoção de Habitação (DPH)	32
• Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)	34
Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)	35
• Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)	35
Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)	36
• Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)	36
• Departamento de Participação e Cidadania (DPC)	37
Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)	38
• Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)	38
• Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)	40
Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)	41
• Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)	41
Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)	42
• Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)	42
<b>3. CONCLUSÃO</b>	43
<b>ANEXOS</b>	44
<b>ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS</b>	45
<b>ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS</b>	47
<b>ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS</b>	50
<b>ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO INTERCALAR</b>	66

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 1 de 44

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CCP	Código dos Contratos Públicos
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CROA	Centro de Recolha Oficial Animal
DAB	Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DACI	Divisão de Auditoria e Controlo Interno
DACN	Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo
DACP	Divisão de Apoio à Contratação Pública
DADA	Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão
DADC	Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências
DAF	Departamento de Desporto e Atividade Física
DAG	Departamento de Apoio à Gestão
DAGE	Divisão de Administração e Gestão Educativa
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DAM	Departamento de Ambiente e do Mar
DAMA	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
DANT	Divisão de Atos Notariais
DAP	Departamento de Assuntos Patrimoniais
DAPC	Divisão de Atos, Protocolos e Contratos
DAPG	Divisão de Apoio à Gestão
DAPH	Divisão de Arquivos e Património Histórico
DAPI	Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
DASS	Divisão de Associativismo de Moradores
DAT	Departamento de Autoridade de Transportes
DCC	Departamento de Contabilidade e Controlo
DCCG	Divisão de Análise e Dados de Gestão
DCEC	Divisão de Centralização Eletrónica de Compras
DCGE	Divisão de Controlo de Gestão
DCGF	Divisão de Contratação e Gestão Financeira
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DCOC	Divisão do Centro de Operações
DCOF	Divisão de Projetos Cofinanciados
DCOM	Divisão de Comunicação
DCON	Divisão de Contencioso

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 2 de 44

DCOT	Divisão de Coordenação e Valorização Territorial
DCP	Departamento de Contratação Pública
DCS	Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão
DDS	Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social
DED	Departamento de Educação
DEFI	Divisão de Execuções Fiscais
DEL	Departamento de Estudos e Loteamentos
DEME	Divisão de Estudos Municipais Estratégicos
DEPR	Divisão de Execução de Projetos
DEPT	Divisão de Empregabilidade e Promoção de Talento
DES	Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios
DESE	Divisão de Apreciação de Especialidades em Edifícios
DESI	Divisão de Apreciação de Especialidades de Infraestruturas
DESP	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
DEXP	Divisão de Expropriações
DFEI	Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas
DFI	Departamento Financeiro
DFIS	Divisão de Fiscalização Geral
DFMT	Divisão de Fiscalização e Monotorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DFOR	Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGEA	Divisão de Gestão Administrativa
DGEC	Divisão de Gestão de Compras
DGET	Divisão de Gestão e Estudos Territoriais
DGEV	Divisão de Gestão de Estrutura Verde
DGPI	Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel
DGPM	Divisão de Gestão Patrimonial Móvel
DGPU	Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana
DGRH	Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos
DIAC	Divisão do Atendimento ao Cidadão
DIAJ	Divisão de Assuntos Jurídicos
DIAP	Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos
DIBI	Divisão de Bibliotecas
DICH	Divisão de Centros Históricos
DICO	Divisão de Contraordenações
DIEP	Divisão de Estudos e Projetos
DINC	Divisão de Intervenção Comunitária

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 3 de 44

DINO	Divisão de Inovação
DIPA	Divisão de Instrução Processual e Gestão Administrativa
DIRS	Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas
DIV	Departamento de Infraestruturas e Vias
DJUV	Divisão de Juventude
DL	Decreto-Lei
DLC	Departamento de Planeamento e Controlo
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DLOT	Divisão de Loteamentos
DLOU	Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas
DLRA	Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana
DLS	Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social
DLU	Departamento de Licenciamento Urbanístico
DLVP	Divisão de Licenciamento de Ocupação e Intervenção na Via Pública
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMAS	Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade
DMCL	Direção Municipal de Cultura
DMCR	Direção Municipal de Captação de Recursos
DMCT	Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem
DMDE	Divisão de Marca e Design
DME	Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios
DMEC	Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto
DMES	Direção Municipal de Projetos Estruturantes
DMIN	Divisão de Marketing e Inovação
DMOM	Direção Municipal de Obras e Manutenção
DMP	Departamento de Museus e Promoção Cultural
DMPU	Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DMSS	Direção Municipal de Saúde e Social
DMUS	Divisão de Museus
DOBR	Divisão de Obras
DOEE	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
DOPA	Divisão de Orçamentos Participativos
DORT	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPAF	Divisão de Promoção da Atividade Física
DPAM	Divisão de Planos de Âmbito Municipal
DPC	Departamento de Participação e Cidadania

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 4 de 44

DPCO	Divisão de Plano e Controlo Orçamental
DPE	Departamento de Planeamento Estratégico
DPEL	Divisão de Projetos Estruturantes e Licenciamentos
DPES	Divisão de Projetos Estruturantes
DPF	Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização
DPGE	Divisão de Planeamento e Prospeção de Projetos
DPGQ	Divisão para a Promoção da Gestão de Qualidade
DPGR	Divisão de Planeamento e Gestão da Rede
DPH	Departamento de Promoção de Habitação
DPIE	Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo
DPL	Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos
DPMT	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
DPOL	Divisão de Polícia
DPPC	Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas
DPR	Departamento de Processos Especiais
DPRJ	Divisão de Projetos
DPRO	Divisão de Promoção Cultural
DPSE	Divisão de Prevenção e Sensibilização
DPT	Departamento de Promoção do Talento
DPTC	Divisão de Processos de Tribunal de Contas
DPTU	Divisão de Processos de Tutela Urbanística
DQAM	Divisão de Qualificação Ambiental
DRCD	Divisão de Registo e Controlo de Despesas
DRE	Departamento de Eventos e Representação
DRE	Diário da República Eletrónico
DREM	Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade
DRES	Divisão de Planeamento e Rede Social
DRGM	Divisão de Regulação, Gestão e Monitorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DRIH	Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas
DRIN	Divisão de Relações Internacionais
DRIS	Divisão de Recursos para a Inclusão Social
DRMU	Divisão de Receitas Municipais
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DRU	Departamento de Reabilitação Urbana
DSBM	Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar
DSCI	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 5 de 44

DSE	Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSEC	Divisão de Segurança e Cibersegurança
DSEM	Divisão de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSI	Departamento de Sistemas de Informação Geográfica
DSIG	Divisão de Sistemas de Informação Geográfica
DSQV	Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida
DSSM	Divisão de Serviços de Suporte Municipal
DSST	Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho
DTAS	Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
DTI	Departamento de Tecnologias de Informação
DTM	Departamento de Transportes e Manutenção Auto
DTOA	Divisão de Trânsito e Mobilidade
DTQ	Departamento de Transparência e Qualidade
DTRC	Divisão de Transparência e Conformidade
DVOL	Divisão de Voluntariado
GAAM	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
GACG	Gabinete de Coordenação e Gestão
GACM	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal
GADI	Gabinete de Apoio ao Diretor
GAGA	Gabinete de Apoio à Gestão Administrativa
GAGC	Gabinete de Apoio à Gestão e Comunicação Cultural
GAGI	Gabinete de Coordenação e Gestão Imóvel
GARE	Gabinete de Apoio ao Recrutamento
GCSE	Gabinete de Coordenação de Segurança
GDCC	Sistema de gestão documental
GECO	Gabinete de Ética e Conformidade
GGAA	Gabinete de Atendimento, Gestão de Assiduidade e de Acessos
GGEM	Gabinete de Gestão e Coordenação de Eventos Municipais
GGST	Gabinete de Gestão de Stocks
GIPA	Gabinete de Instrução de Processos Administrativos
GISP	Gabinete de Intervenção Socioprofissional
GMAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Manutenção Auto
GMED	Gabinete de Medicina no Trabalho
GMOB	Gabinete de Gestão de Mobilidade
GOP	Grandes Opções do Plano
GOSE	Gabinete de Operações de Segurança
GPAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Transportes
GPRE	Gabinete da Presidência

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 6 de 44

GREM	Gabinete de Remunerações
GSET	Gabinete de Segurança no Trabalho
GSUT	Gabinete de Suporte ao Utilizador
GTDI	Gabinete de Transformação Digital
GTEC	Gabinete Técnico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
NCI	Norma de Controlo Interno
NP	Norma Portuguesa
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
RGPDI	Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SPO	Sistema de Gestão de Processos
TESM	Tesouraria Municipal
UAAD	Unidade de Apoio Administrativo
UAAT	Unidade de Assessoria e Apoio Técnico
UACP	Unidade de Acessibilidades e do Peão
UADS	Unidade de Analítica de Dados
UAGC	Unidade de Acompanhamento à Gestão de Compras
UAGD	Unidade de Gestão da Avaliação de Desempenho
UAPL	Unidade de Apreciação de Projetos e Loteamentos
UAPO	Unidade de Planeamento e Gestão
UATC	Unidade de Apoio Técnico
UATE	Unidade de Apoio Técnico
UBIE	Unidade de Gestão das Bibliotecas Escolares
UCCA	Unidade de Comunicações, Certificações e Alvarás
UCGC	Unidade de Coordenação e Gestão de Cemitérios
UCIN	Unidade de Comunicação Interna
UCPD	Unidade de Coordenação e Planeamento Desportivo
UDES	Unidade de Design de Comunicação
UEDA	Unidade de Educação pela Arte
UEMM	Unidade da Estratégia Municipal do Mar

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 7 de 44

UGAP	Unidade de Gestão de Águas Pluviais
UGAS	Unidade de Gestão e Acompanhamento dos Serviços de Suporte
UGBM	Unidade de Gestão do Bairro dos Museus
UGEI	Unidade de Gestão de Eletricidade e Iluminação Pública
UGEM	Unidade de Gestão de Edifícios e Equipamentos Municipais
UGME	Unidade de Gestão de Mercados e Espaços Comerciais
UGTA	Unidade de Gestão de Teatros, Cinemas e Auditórios
UGVA	Unidade de Gestão da Vila das Artes
ULRA	Unidade de Licenciamento e Reconversão AUGI
UMAD	Unidade de Manutenção de Administração Direta
UMEE	Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos
UMOV	Unidade Multidisciplinar de Projetos Institucionais de Valorização
UNIF	Unidade de Intervenção Familiar
UO	Unidade orgânica
UOPI	Unidade de Operações e Informações
UPAM	Unidade de Polícia Ambiental
UPAU	Unidade de Procedimentos de Autorização de Utilização
UPDT	Unidade de Promoção dos Direitos no Território
UPEE	Unidade de Projetos de Edifícios e Equipamentos
UPFI	Unidade de Planeamento Financeiro e Controlo de Custos
UPLA	Unidade de Planeamento e Avaliação
UPOP	Unidade de Publicidade e Ocupação de Espaço Público
UQSA	Unidade de Qualidade e Segurança Alimentar
UREN	Unidade de Recursos para o Envelhecimento Ativo
URIS	Unidade de Recursos para a inclusão Social
UTEF	Unidade Técnica Florestal
UTRA	Unidade de Trânsito

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 8 de 44

## ENQUADRAMENTO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Cascais (doravante Plano), em vigor, foi aprovado por deliberação camarária de 22 de julho de 2025.

O Plano atual resulta da análise e revisão do anterior Plano, aprovado em reunião de Câmara de 25 de fevereiro de 2025, tendo sido incorporadas as propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo decorrentes da avaliação anual do Plano. Não foram identificadas situações de risco de grau elevado ou máximo.

O Município de Cascais está comprometido com a prossecução do interesse público, através da salvaguarda de procedimentos internos que permitam a prevenção da corrupção e a elevação dos níveis de integridade e transparência.

Este compromisso contempla a manutenção da conformidade do Sistema de Gestão Anticorrupção (SGAC), que se encontra certificado pela APCER, segundo a Norma ISO 37001:2016. Neste âmbito, é assegurada a monitorização periódica das atividades realizadas, tendo em consideração a envolvente do Município, os objetivos estabelecidos para o SGAC, a legislação em vigor, os parâmetros de análise e os critérios de avaliação dos riscos de corrupção identificados, e a eficácia dos mecanismos de controlo.

Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (versão atualizada), que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), encontra-se implementado no Município de Cascais um Programa de Cumprimento Normativo que inclui, para além do Plano, o Código de Ética e Conduta, o Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, os Canais de Denúncia para a Promoção da Transparência Municipal, designadamente os Canais de Denúncia Interna e de Denúncia Externa, e um programa de formação interna que promove a divulgação das políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.

A execução do Plano está sujeita a controlo, pelo que o presente Relatório de Avaliação Intercalar (doravante Relatório) visa quantificar o grau de implementação das medidas identificadas e, quando aplicável, a previsão da sua plena implementação pelas unidades orgânicas, assegurando desta forma o acompanhamento permanente da respetiva execução.

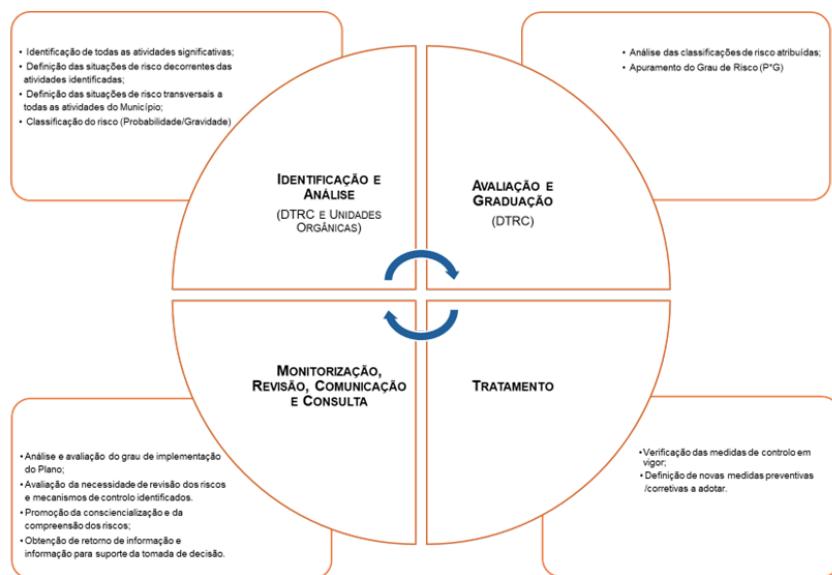
Cabe à Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC) a responsabilidade geral pela execução, controlo e revisão do Plano e, consequentemente, pela elaboração dos relatórios de avaliação legalmente previstos, em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas, que participam ativamente no processo. O Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanha a execução, controlo e revisão do Plano.

A apreciação da eficácia e adequação do SGAC para gerir eficazmente os riscos de corrupção do Município é da competência do Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 9 de 44

## 1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS

O Processo de Prevenção de Riscos do Município de Cascais é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, conforme pode ser observado na figura seguinte:



A elaboração do presente Relatório baseou-se na identificação e análise de potenciais situações de risco transversais e específicas, decorrentes das competências e atividades significativas de cada unidade orgânica, que foram equacionadas face à sua probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência. Paralelamente, foram também definidas as opções de tratamento do risco, designadamente os mecanismos de mitigação a adotar. Este levantamento materializou-se na elaboração dos Mapas de Registo do Risco, de autoavaliação da exposição ao risco e de mecanismos de controlo associados, individuais para cada unidade orgânica, cujo preenchimento foi da inteira responsabilidade do respetivo dirigente.

Seguidamente, a conjugação da análise dos dois indicadores de risco - *probabilidade da ocorrência e gravidade da consequência* - permitiu apurar o grau de risco associado às atividades desenvolvidas e hierarquizar as áreas de risco e os processos críticos a elas associados. Estes resultados, conjugados com as respostas fornecidas pelas unidades orgânicas nos Inquéritos de Avaliação (doravante Inquéritos) quanto à fase de implementação dos mecanismos de controlo, possibilitaram a identificação das áreas/ atividades que devem merecer maior atenção e a definição da gestão dos seus riscos.

No âmbito da avaliação intercalar, foram enviados Inquéritos a todos os Departamentos, Divisões e Gabinetes em funções, perfazendo o total de 41 Inquéritos. A avaliação dos riscos específicos e transversais abrange 235 unidades orgânicas.

O organograma da macroestrutura dos serviços municipais consta do ANEXO I.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 10 de 44

## 2. ANÁLISE

### 2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão

O Município de Cascais, no âmbito do Sistema de Gestão Anticorrupção, tem implementado um programa de cumprimento normativo que inclui um conjunto de instrumentos e de mecanismos de gestão, que contribuem de forma determinante para a mitigação genérica dos riscos de corrupção e infrações conexas, sendo aplicáveis de forma transversal e abrangente a todas as unidades orgânicas.

A entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGIDI), aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, desencadeou a necessidade de revisão e atualização destes instrumentos e mecanismos de gestão, destacando-se as seguintes alterações:

- a) Código de Ética e de Conduta: inclusão de regras relacionadas com a prevenção da corrupção e infrações conexas, sanções disciplinares associadas, acompanhamento e avaliação pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, registo de acesso público das ofertas institucionais, prazos de revisão e de publicitação do Código;
- b) Manual de Gestão de Conflitos de Interesses: densificação dos termos da subscrição das Declarações de Existência e de Inexistência de Conflitos de Interesses, bem como do pedido e da autorização da Acumulação de Funções;
- c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: incorporação de todas as unidades orgânicas em risco, do responsável pela execução controlo e revisão do Plano, e dos prazos de avaliação, revisão e publicitação do Plano;
- d) Canais de Denúncia: implementação de uma plataforma eletrónica de gestão dos Canais de Denúncia Interna e Externa, que assegura a privacidade por defeito, garantindo que toda a informação relacionada com as participações e denúncias circula encriptada, e adaptação do Manual de Procedimentos dos Canais relativamente aos prazos legais estipulados para a tramitação e conservação das denúncias e quanto à proteção dos denunciantes;
- e) Programa de formação e comunicação interna: realização de ação de formação interna semestral nos instrumentos e mecanismos de gestão que integram o programa de cumprimento normativo e revisão, no site institucional e na intranet, de toda a documentação relacionada.

No âmbito da mitigação genérica dos riscos, importa também realçar o sistema de controlo interno existente, o qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuem para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo o controlo dos sistemas e tecnologias de informação, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade,

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 11 de 44

fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, a preparação oportuna de informação financeira fiável, assim como o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares.

Os elementos base que dão forma ao sistema de controlo interno do Município de Cascais são os seguintes:

- Plano de organização (constituição do executivo e distribuição de pelouros, regimento do órgão executivo, delegações e subdelegações de competências, estrutura orgânica, macro e micro, atribuições das várias unidades orgânicas e competências dos seus dirigentes);
- Regulamentos internos e externos;
- Planos de contas e Manual de Consolidação de Contas;
- Auditoria interna e Norma de Controlo Interno.

Os documentos que integram o Sistema de Gestão Anticorrupção são divulgados e publicitados interna e externamente, após aprovação em Reunião de Câmara, nos termos do Plano de Comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção.

## 2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais

A prevenção de riscos no Município de Cascais beneficia também das medidas de controlo associadas às situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais e específicas de cada unidade orgânica, decorrentes da prossecução das atividades e procedimentos inerentes às suas competências e atribuições.

Em 2025, foram identificadas 16 situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais a todas as atividades, para as quais foram definidos 63 mecanismos de controlo.

Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), verifica-se que 4 situações de risco transversal (25%) apresentam um grau de risco Reduzido e 12 um grau de risco Moderado (75%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das situações de risco transversais e da percentagem de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO II ao presente Relatório.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos transversais a todas as unidades orgânicas.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 12 de 44

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS TRANSVERSAIS			
N.º de Riscos Identificados		16	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	11	69%
	Moderada	5	31%
	Alta	0	6%
Gravidade da Consequência	Baixa	0	0%
	Moderada	9	56%
	Alta	7	44%
Grau de Risco	Reduzido	4	25%
	Moderado	12	75%
	Elevado	0	0%

Relativamente aos mecanismos de mitigação dos riscos transversais identificados, a monitorização intercalar realizada permitiu apurar que, dos 63 mecanismos de controlo definidos, 37 já se encontram totalmente implementados (59%), tendo todos sido considerados eficazes. Encontram-se ainda 26 (41%) Em Implementação, em 8 Departamentos/ Divisões. Não existem mecanismos Por Implementar.

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo transversais relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 18 mecanismos (29%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 45 (71%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em todas as situações de risco.

Nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais que ainda se encontram Em Implementação, sendo identificadas as situações de risco a que dizem respeito e a respetiva graduação do risco, bem como a percentagem de implementação dos mecanismos na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 13 de 44

## Riscos Transversais

- Todas as atividades

Existem 26 mecanismos de controlo dos riscos que se encontram Em Implementação em 8 Departamentos/ Divisões.

No Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), a implementação plena da divulgação dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos, encontra-se pendente da finalização da plataforma para divulgação da Política de Segurança e da formação Cibersegurança, que deverão ser concluídas até final de 2025.

Já no Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), a implementação plena da divulgação dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos deverá ser concluída até final de 2025, encontrando-se em conclusão a elaboração do Manual de Procedimentos do DPL.

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção encontra-se ainda Em Implementação devido às situações de mobilidades e integração de novos funcionários, que irão ser sensibilizados e formados na matéria. Prevê-se a sua conclusão até final do 1.º semestre de 2026.

No Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU), encontram-se Em Implementação os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, dependendo da implantação de *workflow* para procedimentos, que deverá ser concluída no prazo de 6 meses.

No Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL), a falta de recursos humanos tem impedido a implementação plena de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato e ao preço contratual. Prevê-se o reforço dos recursos até ao final de 2025.

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), prevê-se que, no prazo de 1 ano, esteja concluída a implementação plena de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato e ao preço contratual, de metodologias e regras definidas para a gestão documental de todos os processos, bem como o registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO). Também, encontra-se a ser promovida a rotatividade dos membros do júri.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 14 de 44

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), a implementação plena dos níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático deverá estar concluída durante o 1.º trimestre de 2026. A contratação da plataforma de gestão de apoios sociais já se encontra finalizada, estando a ser definida a arquitetura de dados e níveis diferenciados de acessos. Até ao final de 2025 deverá existir uma versão em modo de qualidade.

O Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS), encontra-se em processo de integração dos conteúdos do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses.

No quadro seguinte, apresenta-se o grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 15 de 44

Riscos Transversais								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	97%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos						Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	95%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Pressão de grupos de interesse	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisó, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos						Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	97%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases						Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	95%
	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção						Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases						Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	98%
	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção						Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	97%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	98%

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 16 de 44

### 2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos

Relativamente às situações de risco de corrupção e infrações conexas específicas de cada unidade orgânica, em termos globais, foram identificadas 540 situações de risco, para as quais estão definidos 1.638 mecanismos de controlo.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos nas atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS			
N.º de Riscos Identificados		540	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	504	93,3%
	Moderada	35	6,5%
	Alta	1	0,2%
Gravidade da Consequência	Baixa	22	4,1%
	Moderada	480	88,9%
	Alta	38	7%
Grau de Risco	Reduzido	470	87%
	Moderado	70	13%
	Elevado	0	0%

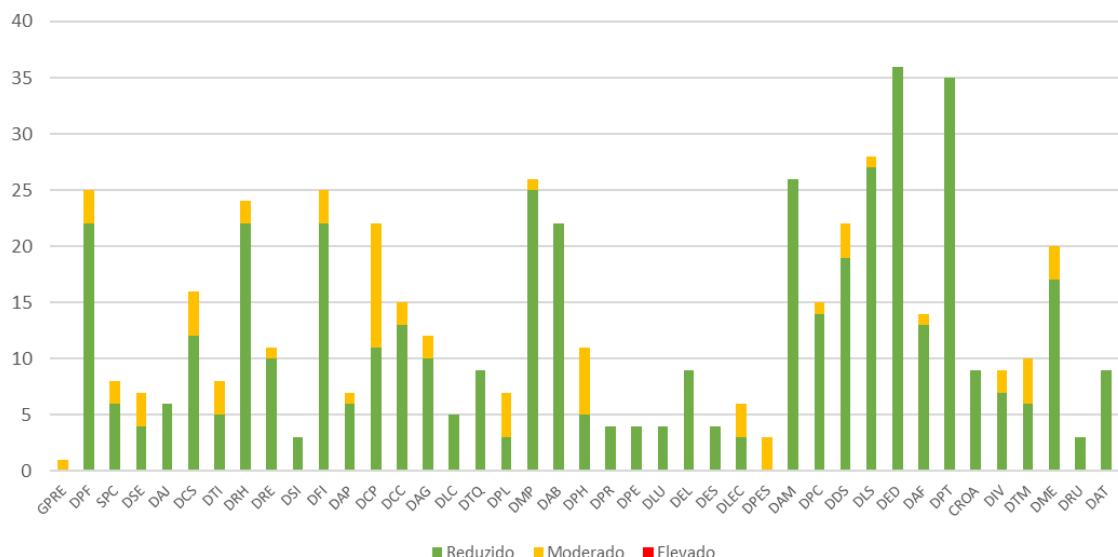
Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), constata-se que 470 situações (87%) apresentam um grau de risco Reduzido e 70 apresentam um grau de risco Moderado (13%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das áreas específicas da atividade municipal consideradas pelas respetivas unidades orgânicas como expostas a riscos de corrupção e infrações conexas, bem como da atual fase de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO III ao presente Relatório.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do grau de exposição a riscos de corrupção e infrações conexas pelas unidades orgânicas, em função do número de situações de risco específicas identificadas nos 41 Inquéritos respondidos.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 17 de 44

**GRAU DE EXPOSIÇÃO AOS RISCOS**



Conforme é possível constatar, 85% das unidades orgânicas estimaram um grau de exposição ao risco predominantemente Reduzido. Nas restantes, o grau de risco estimado foi predominantemente Moderado (10%). No caso do DCP e da DLEC (5%), não se verificou um grau de exposição predominante. Conforme já referido, não foram estimadas situações de risco Elevado.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos específicos das unidades orgânicas, a monitorização intercalar realizada junto dos Departamentos, Divisões e Gabinetes do Município de Cascais permitiu apurar que uma expressiva maioria dos 1.638 mecanismos de controlo já se encontra Implementada (94%), tendo sido considerado Ineficaz apenas 1 dos mecanismos (0,06%), designadamente no Departamento de Recursos Humanos. Encontram-se ainda Em Implementação 61 mecanismos (4%) e Por Implementar 34 mecanismos (2%).

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo específicos relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 1.395 mecanismos (cerca de 85%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 243 mecanismos (cerca de 15%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

A tabela seguinte permite visualizar a percentagem de implementação dos mecanismos de controlo específicos das unidades orgânicas relativamente aos graus de risco apurados.

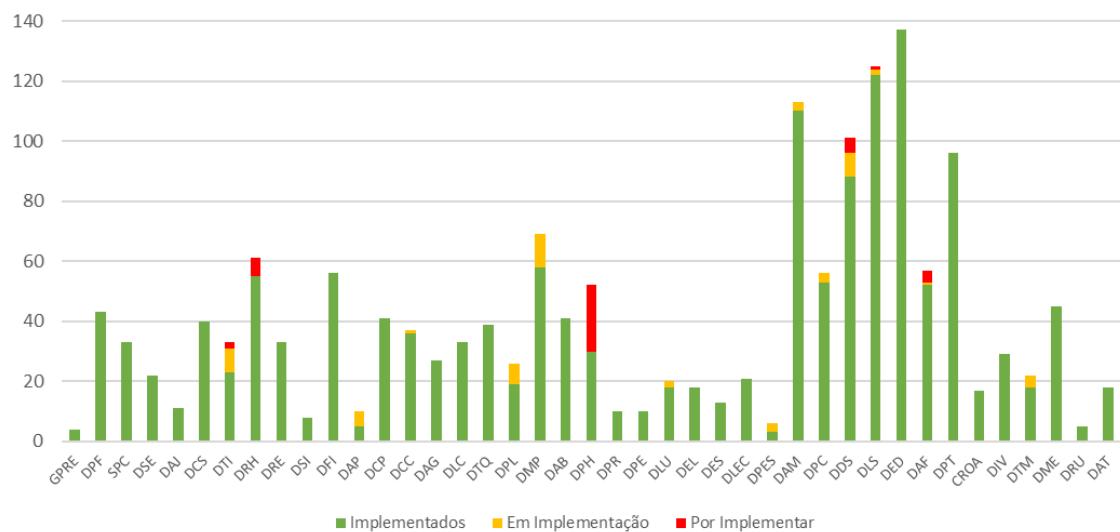
MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 18 de 44

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO ESPECÍFICOS									
Mecanismos de Controlo		Grau de Risco							
		Reduzido		Moderado		Elevado		Total	
Fase de Implementação	Verificação	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
	Implementados	1345	96,4%	198	81,5%	0	0%	1543	94%
	Em Implementação	41	2,9%	20	8,2%	0	0%	61	4%
	Por Implementar	9	0,6%	25	10,3%	0	0%	34	2%
Total		1.395	85,2%	243	14,8%	0	0%	1.638	

Em função da avaliação intercalar realizada pelas unidades orgânicas, resultou evidente que, na sua maioria, os mecanismos de controlo já se encontram totalmente Implementados, havendo ainda 15 unidades orgânicas (37%) onde existem mecanismos Em Implementação ou Por Implementar.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição da fase de implementação dos mecanismos de controlo pelas unidades orgânicas, em função da avaliação efetuada.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO



As unidades orgânicas que apresentaram menor percentagem de mecanismos Implementados foram a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES) e o Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), ambos com 50%.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 19 de 44

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em 14 unidades orgânicas (34%). Já os mecanismos Por Implementar encontram-se em 5 unidades orgânicas (12%), destacando-se o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42% destes mecanismos. Cabe destacar que os mecanismos Por Implementar no DPH mitigam situações de risco no âmbito de atividades que ainda não estão a ser executadas, apesar de constarem nas competências desta unidade orgânica.

Nos quadros apresentados nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo que ainda se encontram Por Implementar ou Em Implementação. Nas unidades orgânicas visadas, são apresentados, por área de atividade específica, os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, a sua avaliação, as medidas propostas e a fase de implementação das mesmas, bem como os prazos estimados para a implementação plena dos mecanismos pendentes.

Para uma análise mais pormenorizada, podem ser consultados os Inquéritos de Avaliação Anual preenchidos pelas unidades orgânicas (ANEXO IV).

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 20 de 44

**Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)**

- Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)
  - Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas (DIRS)
  - Divisão de Inovação (DINO)
  - Divisão de Segurança e Cibersegurança (DSEC)
  - Divisão de Serviços de Suporte Municipal (DSSM)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alertas	Por Implementar
	Incumprimento do plano de backups definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de operações e de verificação de backups Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação
	Ausência de verificação do estado dos dados de backup	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realizar testes de verificação Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alerta	Em Implementação

No Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), encontram-se Em Implementação 8 mecanismos de controlo associados à atividade de segurança da informação, que permitem mitigar 1 situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido e 3 de grau de risco Moderado. Existem, ainda, 2 mecanismos Por Implementar, que permitem mitigar 1 situação estimada de grau de risco Moderado.

Relativamente ao risco de grau Reduzido, o registo de operações e de verificação de backups, exige uma nova solução de backup a ser adquirida até final de 2026.

A monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos, que permite mitigar o risco Moderado de controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, deverá ser implementada até final de 2026, tendo sido iniciada a autorização para implementação.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 21 de 44

Quanto ao risco de eliminação/ alteração indevida de dados, não é possível prever o início da implementação dos mecanismos de análise periódica dos registos de operações efetuadas e de monitorização periódica dos dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas porque não existe um sistema centralizador de todos os *logs*, dependendo de ações dos fabricantes. A ativação de alertas deverá ser implementada até final de 2025, existindo um contrato ativo para o efeito e estando prevista a disponibilização de um formulário no Portal GSS para o registo e tratamento destas ocorrências.

A implementação dos 5 mecanismos de mitigação do risco de ausência de verificação do estado dos dados de *backup* exige uma nova solução de *backup*, que já se encontra em fase final de aquisição, devendo estar concluída até final de 2026.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 22 de 44

**Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)**

- Departamento de Recursos Humanos (DRH)
  - Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos (DGRH)
  - Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade (DREM)
  - Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional (DFOR)
  - Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Em Implementação
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação

No Departamento de Recursos Humanos (DRH), encontram-se Em Implementação os mecanismos de subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, associados à atividade de atribuição de apoios financeiros, que permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses permite mitigar os riscos de favorecimento na atribuição de apoios, de utilização indevida das verbas concedidas e de deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos. A não subscrição destas declarações pelos intervenientes na atribuição de apoio financeiro ao Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais (CCD), originou o registo de uma Ficha de Ações no âmbito do Sistema de Gestão Anticorrupção, tendo sido classificada como uma Não Conformidade e encontrando-se previstas ações corretivas. Para além da subscrição retroativa das declarações pelos intervenientes, está prevista a realização de uma formação dedicada ao Programa de Cumprimento Normativo a todos os envolvidos, que deverá ser concluída até ao final de 2025.

Relativamente ao recrutamento e gestão de recursos humanos, apesar de estar Implementada a sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar, mantém-se o nível elevado de trabalho suplementar, pelo que o mecanismo tem sido Ineficaz. Esta situação é motivada pelas necessidades da própria atividade

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 23 de 44

e pela falta de atratividade dos postos de trabalho visados. Destaca-se a falta de trabalhadores em serviços específicos como motoristas e assistentes operacionais para eventos. A emissão de orientações por parte dos decisores é fundamental para a redução do trabalho suplementar, embora não esteja a surtir efeito devido às condicionantes existentes nestas atividades.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 24 de 44

**Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)**

- Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)
  - Divisão de Gestão Patrimonial Móvel (DGPM)
  - Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel (DGPI)
  - Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana (DGPU)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação

No Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), encontram-se Em Implementação 5 mecanismos de controlo associados à atividade de gestão do património municipal, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e 1 de grau de risco Moderado.

Relativamente aos riscos de grau Reduzido, encontra-se a decorrer o concurso de recrutamento de trabalhadores que irá permitir assegurar de forma cabal o sistema de registo e de inventário e registo dos bens imóveis, o qual deverá estar concluído até final de 2025. A base de dados para mitigar o risco de materiais armazenados sem reflexo contabilístico já foi disponibilizada e está a ser carregada, prevendo-se a finalização do processo até final de 2025. No caso do risco de apropriação indevida ou gestão incorreta de bens, o controlo encontra-se assegurado, embora deva ser adquirido um sistema que permitisse o controlo automático da circulação de bens. Quanto à digitalização/desmaterialização dos processos e documentos, correm-se riscos ao serem deslocados do Arquivo para os serviços, situação que continua a ocorrer em todas as áreas, embora não seja possível prever o prazo para terminar a digitalização de todos os processos.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 25 de 44

O risco Moderado de ausência de medidas/ práticas de conservação preventiva encontra-se a ser mitigado pela digitalização de todos os processos novos em algumas áreas. Os processos antigos estão ainda a ser digitalizados à medida que são utilizados, não sendo possível prever o prazo de implementação plena deste mecanismo de controlo.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 26 de 44

## Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)
  - Divisão de Receitas Municipais (DRMU)
  - Divisão de Registo e Controlo de Despesas (DRCD)
  - Divisão de Controlo de Gestão (DCGE)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sensibilização dos municíipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação

No Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC), encontra-se Em Implementação 1 mecanismo de controlo associado à atividade de recebimento de taxas, licenças e outros valores, que permite mitigar 1 situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A sensibilização dos municíipes para a solicitação do recibo da operação de pagamento encontra-se dependente da possibilidade de os equipamentos culturais municipais emitirem as faturas/recibo diretamente no ato da venda. Até ao final de 2025, deverão ser criados utilizadores no ERP da faturação, ser ministrada formação aos utilizadores e efetuada a ligação dos computadores às impressoras de talões. O cumprimento do prazo está dependente da instalação do equipamento pelo Departamento de Tecnologias de Informação (DTI).

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 27 de 44

**Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)**

- Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)
  - Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos (DIAP)
  - Divisão de Projetos Cofinanciados (DCOF)
  - Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas (DPPC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação

No Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), encontram-se Em Implementação 7 mecanismos de controlo associados à atividade de projetos cofinanciados, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

Quanto à mitigação do risco de duplo financiamento, encontra-se em fase final de implementação a Norma para inclusão no Manual de Procedimentos, que está a ser desenvolvida em articulação com o Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC), no âmbito da criação do módulo de gestão de subsídios ao investimento do Sistema de Normalização Contabilística, o qual deverá ser concluído até final de 2025. A divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município está dependente da conclusão e validação do Manual de Procedimentos do DPL, que deverá ocorrer até final de 2025. A implementação de melhorias para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira, bem como a implementação de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento/financiamento inventariado, estão a ser implementados no Departamento Financeiro,

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 28 de 44

sendo um processo que está a ser desenvolvido em articulação com o DCC e cuja conclusão está prevista para final de 2025. Após a sua implementação, será dado acesso ao DPL.

A implementação da inclusão de Norma no Manual de Procedimentos, que garanta a uniformização de procedimentos no acompanhamento e controlo das operações comparticipadas e na verificação da conformidade da despesa, deverá estar concluída até final de 2025, dependendo da conclusão e validação do Manual de Procedimentos do DPL, conforme já referido.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 29 de 44

**Direção Municipal de Cultura (DMCL)**

- Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)
  - Divisão de Museus (DMUS)
  - Divisão de Promoção Cultural (DPRO)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas</b>	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Em Implementação
<b>Gestão do Património Municipal</b>	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
<b>Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes</b>	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
<b>Atribuição de Apoios Financeiros</b>	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Em Implementação
<b>Realização de Programas Parceria</b>	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), encontram-se Em Implementação 11 mecanismos de controlo associados às atividade de atendimento a munícipes e outras partes interessadas, gestão do património municipal, manutenção de infraestrutura e edifícios, atribuição de apoios financeiros e realização de Programas de Parceria, que permitem mitigar 10 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 30 de 44

No âmbito da atividade do atendimento a munícipes e outras partes interessadas, é ainda possível melhorar os tempos de resposta no acesso à informação, prevendo-se a implementação plena destes mecanismos até final de 2025. No encaminhamento das questões para a área especializada é necessário apostar na multidisciplinariedade da equipa para uma resposta direcionada e com conhecimento, ação que deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2026.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos identificados na gestão do património municipal e na manutenção de edifícios, o sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados deverá estar implementado até final do 1.º semestre de 2026, encontrando-se pendente da formação dos colaboradores no programa in Patrimonium. Já a implementação plena dos mecanismos relacionados com a elaboração e divulgação dos manuais de procedimentos e o procedimento interno que salvaguarde a transparência, igualdade de tratamento e conflitos de interesses, depende da formação generalizada das diferentes equipas, que deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2026.

Na atribuição de apoios financeiros, está prevista até final do 1.º semestre de 2026 a integração progressiva de diferentes perfis para uma análise objetiva e transparente.

De forma a prevenir a utilização indevida de apoios pelas entidades no âmbito da realização de programas de parceria, está em elaboração a norma interna que irá garantir a uniformização de procedimentos e a observância dos princípios da isenção, imparcialidade e equidade.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 31 de 44

**Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)**

- Departamento de Promoção de Habitação (DPH)
  - Divisão de Projetos (DPRJ)
  - Divisão de Obras (DOBR)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar					
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar					
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar					
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar					
	Elevado volume de trabalhos complementares						Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar					
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar					
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar					
Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar					
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar					
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar					
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar					
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar					
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar					
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar					
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar					
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar					

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 32 de 44

No Departamento de Promoção de Habitação (DPH), encontram-se ainda Por Implementar os mecanismos de mitigação dos riscos associados à atividade de execução de obras municipais, devido a esta atividade ainda não se encontrar a ser desenvolvida pelo DPH.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 33 de 44

## Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)
  - Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas (DLOU)
  - Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana (DLRA)
  - Divisão de Gestão Administrativa (DGEA)
  - Divisão de Centros Históricos (DICH)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação

No Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU), encontram-se Em Implementação 2 mecanismos de controlo associados à atividade de licenciamentos, que permitem mitigar a situação de incumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação, estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada um das fases encontra-se limitada pelo facto de o sistema SPO não permitir a obtenção de relatórios sistemáticos, estando prevista a definição de *workflow* para tipos de processos, que está em avaliação devido à criação de novos Departamentos que afetaram o *workflow*. A resolução passa pela alteração do sistema devido à falta de resposta do SPO, não sendo possível estimar o prazo de implementação.

No caso dos funcionários com incumprimento sistemático de prazos, apenas foi possível comprovar na DGEA e DLOU o sucesso da medida de atribuição de tarefas com prazo estabelecido pela chefia direta. Na DLRA, mantém-se atrasos sistemáticos e no DICH existe pouca carga de processos, pelo que o mecanismo de mitigação do risco ainda se mantém Em Implementação.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 34 de 44

**Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)**

• **Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)**

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Em Implementação

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), encontram-se Em Implementação os mecanismos de realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, associados à atividade de execução de obras municipais. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica encontra-se a decorrer até à conclusão das empreitadas. Estes mecanismos permitem controlar as situações de risco relacionadas com o deficiente controlo da execução e orçamento da obra, o elevado volume de trabalhos complementares e o deficiente controlo do plano de investimentos.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 35 de 44

## Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)
  - Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV)
  - Divisão de Qualificação Ambiental (DQAM)
  - Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas (DRIH)
  - Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DTAS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), encontra-se Em Implementação a norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Este mecanismo visa mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação da norma interna encontra-se a decorrer e deverá estar concluída até ao final de 2025.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 36 de 44

**Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)**

- Departamento de Participação e Cidadania (DPC)
  - Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)
  - Divisão de Orçamentos Participativos (DOPA)
  - Divisão de Voluntariado (DVOL)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), encontra-se Em Implementação o sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Este mecanismo visa mitigar 2 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros e 1 à realização de programas de parceria, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A implementação do sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos irá disponibilizar uma plataforma para introduzir os dados de apoio de correntes. Este mecanismo permitirá controlar as situações de risco relacionadas com a utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a atribuição dos apoios, a ausência ou deficiente reporte de execução e a utilização indevida dos apoios pelas entidades. O sistema de informação deverá ser implementado até final de 2026.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 37 de 44

**Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)**

- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)
  - Divisão de Planeamento e Rede Social (DRES)
  - Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo (DPIE)
  - Divisão de Recursos para a Inclusão Social (DRIS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Atribuição de Apoios Financeiros</b>	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
<b>Atribuição de Apoios Sociais</b>	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
<b>Realização de Programas Parceria</b>	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital) Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
<b>Realização de Projetos Participativos</b>	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontra-se Por Implementar a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade, bem como a definição de critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios. Em Implementação, encontra-se o sistema de informação para a monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Estes mecanismos visam mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros e sociais, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A implementação da norma interna e dos critérios, objetividade e transparéncia nos processos de atribuição de apoios encontram-se dependentes da conclusão da sistematização de fluxos de trabalho, que ainda está em curso. Prevê-se a implementação destes mecanismos até final do 1.º trimestre de 2026.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 38 de 44

Quanto ao sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, e de acordo com orientação do Departamento de Tecnologias de Informação (DTI, a gestão de projetos protocolados passará a ser feita pela plataforma recentemente contratada e as candidaturas aos programas de financiamento passarão a ser feitas pela plataforma já existente CEDIS, que irá ser adotada conforme o ciclo de cada programa. Pretende-se que, gradualmente, todos os programas de financiamento sejam geridos pela plataforma. O sistema de informação deverá ser implementado até final do 1.º trimestre de 2026.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 39 de 44

## Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)
  - Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida (DSQV)
  - Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar (DSBM)
  - Divisão de Intervenção Comunitária (DINC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município	Por Implementar
Atribuição de Subsídios	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS), encontra-se Por Implementar o sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município relativamente ao atendimento. Os meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos encontram-se Em Implementação. Estes mecanismos visam mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atendimento a municípios e outras partes interessadas, atribuição de subsídios e realização de programas de parceria, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação do sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município com o atendimento municipal irá permitir controlar o risco relacionado com informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. Prevê-se a implementação do sistema até final de 2025.

Quanto aos meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, encontram-se a ser trabalhados e deverão ser implementados até final de 2025.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 40 de 44

**Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)**

- Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)
  - Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DESP)
  - Divisão de Promoção da Atividade Física (DPAF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reducido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar

No Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF), encontra-se Em Implementação o mecanismo de digitalização/ desmaterialização de processos, associado à atividade de gestão do património municipal. A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial, a fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e a constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas, associados às atividades de atribuição de apoios financeiros e de realização de programas de parceria, encontram-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar 5 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A digitalização/ desmaterialização de processos depende do alinhamento de todas as áreas do Município neste processo, sendo necessário aumentar o número de utilizadores da assinatura digital. Para tal, deveriam ser emitidas diretrizes concisas para todo o universo municipal. A plena implementação deste mecanismo deverá ocorrer apenas no final de 2026.

A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial da atribuição de apoios, depende de um aumento dos recursos humanos. Neste momento, a análise é efetuada pelos Técnicos que acompanham o processo e respetiva chefia. A abertura de procedimento concursal, ainda sem prazo definido, permitirá ter uma equipa especializada e focada nos procedimentos financeiros, beneficiando também a implementação dos mecanismos de fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e da constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 41 de 44

**Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)**

- Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)
  - Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão (DADA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Gestão de Transportes	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica	Em Implementação

No Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM), encontram-se Em Implementação a monitorização da qualidade do serviço prestado, a existência de critérios de análise pré-definidos, a fundamentação técnico-jurídica e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica. Estes mecanismos estão associados à atividade de planeamento e gestão de transportes e permitem mitigar 3 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

Os mecanismos relacionados com a monitorização da qualidade do serviço prestado e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica dependem da operacionalização da plataforma informática de gestão de frota. Estes mecanismos irão permitir controlar os riscos de deficiente supervisão e fiscalização das atividades dos operadores e de inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias.

Quanto à implementação dos mecanismos de existência de critérios de análise pré-definidos e de fundamentação técnico-jurídica, tendo em vista a mitigação do risco de insuficiente fundamentação na tomada de decisão, encontram-se dependentes da atualização do Regulamento Interno de Uso e Cedência de Veículos Municipais.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final de 2025.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 42 de 44

### 3. CONCLUSÃO

A avaliação intercalar da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Cascais teve por referência o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que visa, em particular, a monitorização de situações estimadas como de grau de risco Elevado.

Apesar de não terem sido estimadas situações de grau de risco Elevado, torna-se necessário assegurar o acompanhamento da implementação dos mecanismos de controlo identificados para as situações de risco transversais e específicas das unidades orgânicas.

Da análise efetuada, constatou-se que, 37 dos 63 mecanismos de controlo transversais a todas as atividades já se encontram totalmente Implementados, tendo todos sido considerados Eficazes. Quanto aos restantes 26 mecanismos, encontram-se Em Implementação em 8 Departamentos/ Divisões, prevendo-se a plena implementação da maior parte destes mecanismos ainda durante o presente ano. Destes, 81% são relativos a situações de grau de risco Moderado e 19% a grau de risco Reduzido.

Relativamente às situações de risco específicas de cada unidade orgânica, foram identificadas 536 situações de risco, no âmbito das 38 áreas específicas de intervenção, para as quais foram definidos um total de 1.638 mecanismos de controlo. Em termos globais, 85% das situações identificadas foi estimada como de grau de risco Reduzido e 15% de grau Moderado.

A maioria (94%) dos respetivos mecanismos de controlo encontra-se, na sua generalidade, Implementada, contribuindo de forma determinante para a redução da probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção e infrações conexas. Nas situações estimadas como de grau de risco Reduzido, a percentagem de medidas Implementadas atinge os 96%, encontrando-se 82% das medidas Implementadas nas situações de risco Moderado.

Quanto à avaliação da eficácia, apenas 1 dos mecanismos Implementados se mostrou Ineficaz. Trata-se da sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar, que mitiga o risco de recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanente do serviço. A ineficácia deriva de necessidades da própria atividade e da falta de trabalhadores em serviços específicos, havendo necessidade de reforçar os serviços e as orientações de redução do trabalho suplementar por parte dos decisores.

Relativamente às medidas não implementadas, concluiu-se que 53% destas medidas são relativas a situações de grau de risco Reduzido e 47% a grau de risco Moderado. Muitas destas medidas deverão ser implementadas até ao final do corrente ano.

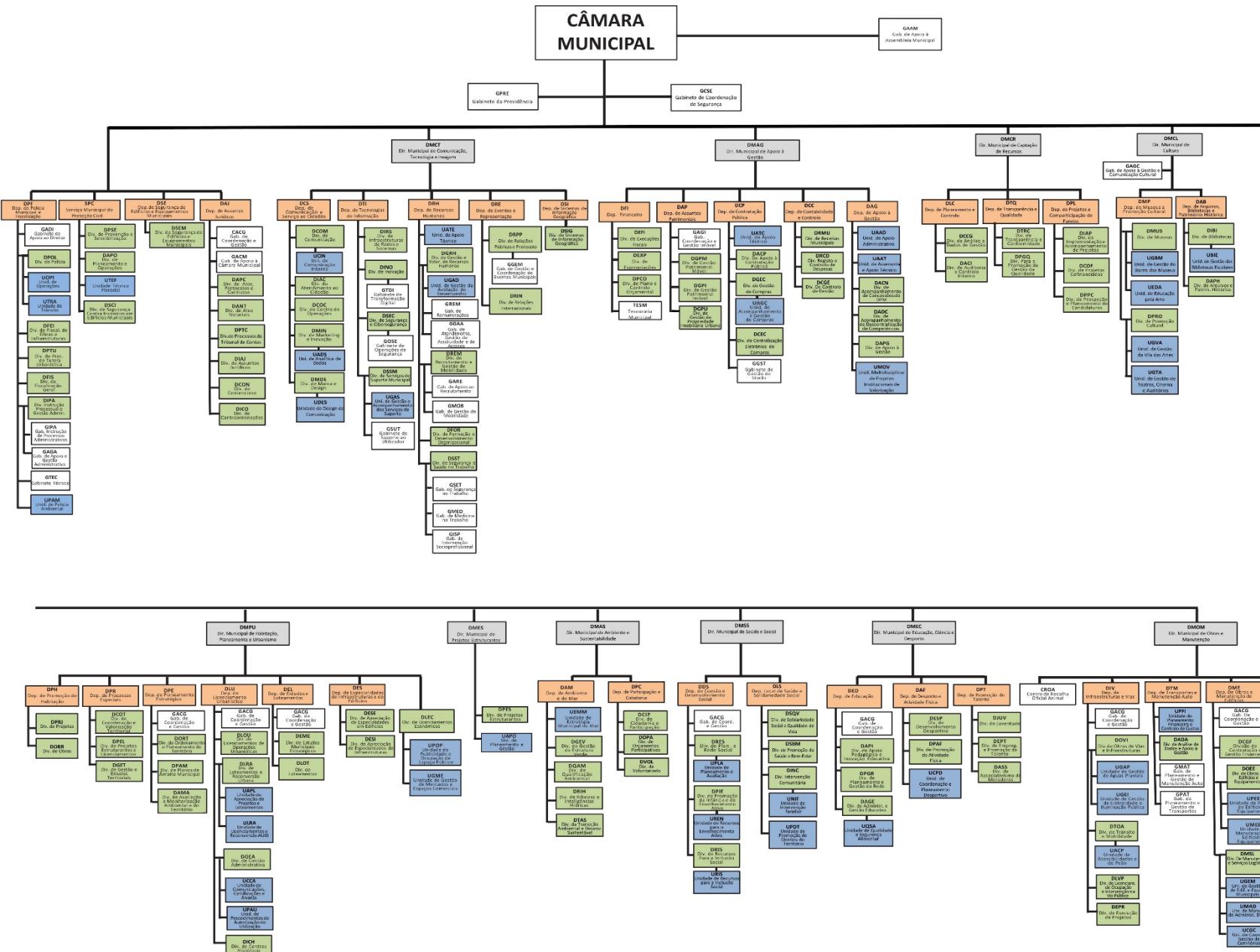
Os resultados apurados no presente relatório serão objeto de acompanhamento e monitorização pela Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC), em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas. Cabe ao Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanhar a execução, controlo e revisão do Plano.

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 43 de 44

**ANEXOS**

MOD.SGAC.38.01	Elaborado	Aprovado	24-11-2025
	DTQ	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Página 44 de 44

**ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**



**ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS**

Riscos Transversais									
	Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 98% 100%	
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Cumprimento dos procedimentos de contratação pública Rotatividade dos membros do júri	100% 98% 100% 100% 97%	
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 98% 100%	
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100% 98% 100% 95% 100%	
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	98% 100% 100% 100% 100%	
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Emissão de Relatório anual de denúncias à Assembleia da República	98% 100% 100%	
	Conflitos de interesses que comprometem a transparéncia das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	98% 100% 100% 100% 100%	
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Divulgação e compreensão do Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	98% 100% 100% 100%	
	Pressão de grupos de interesse	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgar a agenda das reuniões dos membros do Executivo	98% 100% 100%	
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	98% 100% 100%	
	Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	98% 100% 100%	

Riscos Transversais									
	Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%	
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	100%	
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%	
							Divulgação e compreensão do Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	100%	
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	100%	
Todas	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	100%	
							Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100%	
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%	
							Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	97%	
							Cumprimento dos procedimentos de contratação pública	100%	
Todas	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%	
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%	
							Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	95%	
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%	
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%	
Todas	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	98%	
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	97%	
							Fundamentação técnica e ou jurídica das propostas submetidas a decisão	100%	
							Segregação de Funções	100%	
							Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	98%	
Todas	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Acesso restrito ao arquivo físico	100%	

**ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS**

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas																																											
Atividades	Riscos				GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT			
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões		Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	I																																												
			Envolvimento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	I																																												
			Revisão e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDC)	I																																												
			Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação																																													
			Favorecimento no registo de entrada de documentos	I																																												
			Informações incorrectas das cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	I																																												
			Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	I																																												
			Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	I																																												
			Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	I																																												
			Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	I																																												
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores		Compreendimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I																																												
			Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	I																																												
			Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	I																																												
			Movimentação de montantes sem autorização	I																																												
			Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	I																																												
			Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	I																																												
			Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	I																																												
			Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	I																																												
			Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	I																																												
			Movimentação de montantes sem autorização	I																																												
			Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	I																																												
			Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	I																																												

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos		Grau de Risco: Reduzido   Moderado   Elevado																																											
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Grau de Risco: Reduzido   Moderado   Elevado																																											
		Mecanismos de Controlo	GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT		
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação e cumprimento dos requisitos																																											
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	Existência de avaliação e recaração de inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos																																											
	Reporte da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP																																											
	Falta de cabimentação prévia da despesa	Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de despesa																																											
	Ausência de fundamentação do preço base	Consultas preliminares/eviências sites/Portal Base/procedimentos anteriores																																											
	Recurso inadequado o procedimento por ajuste direto	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos																																											
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que asseguram uma análise rigorosa e imparcial																																											
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	Existência de avaliação da Declaração da Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos																																											
	Não respeitar o trâmite das entidades a convidar	Análise da Ficha de contrato																																											
	Não respeitar a relação entre empresas	Realização de avaliação ao fornecedor																																											
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	Atualização da base de dados																																											
	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	Confirmação dos valores acumulados em tríneo																																											
	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas																																											
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	Comunicação atempada pelo Gestor do Contrato, do incumprimento dos fornecimentos																																											
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	Realização de avaliação ao fornecedor																																											
	Deficiente acompanhamento dos contratos	Analise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços																																											
		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos																																											
		Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de execução, modificações ao contrato e preço contratual																																											

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido | Moderado | Elevado

### Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco: Reduzido   Moderado   Elevado																																									
					GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT	
Fiscalização	Favorecimento do município em detrimento do Município		Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas		I																																I	I	I							
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada		Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas		I																																I	I	I							
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado		Sistema de atribuição indiferenciada de processo		I																																I	I	I							
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos		I																																I	I	I							
	Desenvolvimento indevida de artigos resultantes de aperfeiçoamentos decorrentes da atividade operacional		Elaboração do Auto de Aperfeiçoamento com indicação de todos os artigos aperfeiçoados e respectivas guias de entrega para posterior conferência		I																																I	I	I							
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDEF no combate a uma catástrofe		Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características		I																																I	I	I							
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais		Monitorização e atualização da informação		I																																I	I	I							
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos		Elaboração de Auto de fiscalização, validados pela hierarquia		I																																I	I	I							
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal		Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota		I																																I	I	I							
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos		I																																I	I	I							
Policimento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos aperfeiçoados		Elaboração de relatório de controlo		I																																									
	Perda da receita de cobrança em numerário		Procedimento interno que regula o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		I																																									
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens		Segregação de funções		I																																									
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada		Manual de Procedimentos da DACI		I																																									
Controlo interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata		I																																									
	Incumprimento da programação de realização de auditorias		Elaboração de relatório de controlo		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Procedimento interno que regula o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Segregação de funções		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Carta de Auditoria Interna com perfil do auditor		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Checklist de acompanhamento das AI		I																																									
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria		Mapa de Follow-up das AI's conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI		I																																									
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses		I																																									
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais		Procedimento interno que regula o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		I																																									
	Controlo deficiente das ofertas institucionais		Segregação de funções		I																																									
	Controlo deficiente das ofertas institucionais		Reuniões das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços		I																																									

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido | Moderado | Elevado

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco: Reduzido   Moderado   Elevado																																										
Atividades	Identificação das Situações de Risco				GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT		
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Equipa multidisciplinar que assegura uma análise rigorosa e imparcial	I																																												
		Análise do histórico da entidade beneficiária	I																																												
		Segregação de funções	I																																												
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	I																																												
		Realização de Declaração de Devida	I																																												
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																													
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	I																																												
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	I																																												
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	I																																												
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	I																																												
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Segregação de funções	I																																												
		Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	I																																												
		Existência de dossier financeiro com centro de custos																																													
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																													
		Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados																																													
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Evidências de utilização dos apoios financeiros	I																																												
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	I																																												
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses	I																																												
		Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	I																																												
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	I																																												
Avaliação da eficácia das medidas de controlo	Medidas de controlo	Existência de dossier financeiro com centro de custos																																													
		Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																													
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																													
		Medidas de averbação nos protocolos com os Corpos de Bombeiros	I																																												
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	I																																												
	Avaliação da eficácia das medidas de controlo	Segregação de funções	I																																												
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	I																																												
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	I																																												
		Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																													
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual																																													

Legenda:  
Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido | Moderado | Elevado

Riscos Específicos		Atividades																																								
Identificação das Situações de Risco		Mecanismos de Controlo																																								
		GPRe	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																												I	I	I										
		Registo de ofertas																												I	I	I										
		Segregação de funções																												I	I	I										
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																												I	I	I										
		Análise do histórico da entidade beneficiária																												I	I	I										
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAAS)																												I	I	I										
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																												I	I	I										
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																												I	I	I										
		Segregação de funções																												I	I	I										
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																												PI	I	I										
Atribuição de Subsídios	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Evidências da utilização dos apoios financeiros																											I	I	I											
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																											I	I	I											
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAAS)																											I	I	I											
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																											I	I	I											
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																											I	I	I											
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Segregação de Funções																											I	I	I											
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																											PI	I	I											
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																											I	I	I											
		Solicitação de relatórios de execução																											I	I	I											
		Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAAS)																											I	I	I											
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																											I	I	I											
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																											I	I	I											
		Segregação de Funções																											I	I	I											
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																											I	I	I											
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																											I	I	I											
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos subsídios atribuídos	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																											I	I	I											
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																											I	I	I											
		Segregação de funções																											I	I	I											
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																											I	I	I											
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																											I	I	I											
Atribuição de Subsídios	Ausência ou deficiente reporte de execução	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																											I	I	I											
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																											PI	I	I											
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																											I	I	I											
		Solicitação de relatórios de execução																											I	I	I											
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																											I	I	I											

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco																																						
GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT			
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																								
			Segregação de Funções																																								
			Registo de ofertas																																								
			Equipa multidisciplinar que assegura uma análise rigorosa e imparcial																																								
			Analise do histórico da entidade beneficiária																																								
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																								
			Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)																																								
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																								
			Segregação de Funções																																								
			Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																																								
Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	Critérios de análise pré-definidos	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																																								
			Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																																								
			Fundamentação técnico-jurídica																																								
			Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																																								
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																								
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Critérios técnicos pré-definidos	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																								
			Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam																																								
			Segregação de funções																																								
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelas intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																																								
			Meios de acompanhamento e controlo																																								
Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Critérios técnicos pré-definidos	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																																								
			Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																																								
			Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																																								
			Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																																								
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																								

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Legenda:  
Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grado de Riesgo: **Reducido**

## Legendas

Estado de Implementação: I - Implementado E1 - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

## Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

**ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO INTERCALAR**

Presidência								Responsável: Coordenador
Gabinete da Presidência (GPRE)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	Implementado
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	Implementado
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	Implementado
							Registo de acesso público das ofertas institucionais, disponibilizado no site institucional	Implementado

Presidência								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Presidência								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incóreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Policimento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos	Implementado
	Perda da receita da cobrança em numerário	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Emissão de comprovativo de pagamento	Implementado
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Elaboração de pareceres, estudos e análise técnica (Processos de Tutela Urbanística)	Existência de erros, omissões ou ambiguidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Insuficiente fundamentação / níveis de discricionariedade pouco adequados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Violação dos deveres de isenção e de imparcialidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado

Presidência Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de empréstimo de material	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado	
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Responsabilização dos intervenientes	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
	Proteção Civil	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidade externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
		Incumprimento dos planos de resposta a emergências	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
			1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado
			1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Presidência									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
Segurança da Informação	Utilização indevida de imagens captadas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno Responsabilização dos intervenientes Garantir a eliminação das imagens gravadas ao fim de 30 dias para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado	
	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado	
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado	
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alertas Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado Realização de backups	Implementado	

Presidência									Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade		Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados		Implementado
							Segregação de funções		Implementado
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura		Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases		Implementado
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais		Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulação municipal		Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro		Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos		Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade		Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas		Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho	Implementado
	Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologia de orientações e regras de conduta na relação interna/externa previamente definidas que conduzem a envio de press release e notas de agenda para lista contactos definida	Implementado
							Esclarecimento de jornalistas em resposta a pedidos enviados via email e/ou contactos telefónico via assessoria de imprensa	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização em articulação com as áreas e equipas responsáveis pela produção de conteúdos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação ou disponibilização de acesso às mesmas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos Formalização de denúncias relativas a tratamento de dados pessoais através de endereço eletrónico existente para o efeito Relato de incidente de segurança ao Centro Nacional de Cibersegurança	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos Implementação de políticas de reforço de troca de password bimensal	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alertas Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado Realização de backups	Por Implementar
	Incumprimento do plano de backups definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Revisão periódica das permissões atribuídas Realizar testes de verificação Registo de operações e de verificação de backups Definição de escalamento e registo de ações desenvolvidas	Por Implementar
	Ausência de verificação do estado dos dados de backup	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Revisão periódica das permissões atribuídas Realizar testes de verificação Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alerta	Em Implementação

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Recursos Humanos (DRH)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Registo de todos os documentos na aplicação de gestão documental	Implementado
Recrutamento e Gestão de RH	Controlo deficiente sobre procedimentos de pagamento de salários e de despesas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e, existência de dois níveis de conferência da informação inserida Duplo nível de conferência da documentação e restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença Procedimentos/metodologias que minimizam ou eliminam os erros, mediante a conferência e atualização regular dos processos	Implementado
	Acesso indevido às informações de cadastro, remunerações mensais e quebras de sigilo, bem como às declarações de registo de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Perfis de acesso reservado Níveis diferenciados de acesso ao sistema informático de gestão de pessoal Acesso restrito ao arquivo físico de processos individuais dos trabalhadores	Implementado
	Deficiente controlo do regime de acumulação de funções e/ou com insuficiente informação de suporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise criteriosa e solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que se revelem necessários ao rigor da avaliação	Implementado
	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia da fundamentação aduzida pelos serviços, justificativa do recurso à realização de trabalho extraordinário Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado
	Deficiente gestão das quotas atribuídas na avaliação de desempenho	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização das avaliações atribuídas e das percentagens máximas legalmente permitidas	Implementado
	Favorecimento dos candidatos na realização de estágios profissionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Clareza nos critérios de seleção, bem como na descrição das funções a desempenhar	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formação profissional em definição de objetivos, indicadores de medida e critérios de superação Objetivos exequíveis e coerentes Reuniões avaliador/avaliado	Implementado
	Benefícios/prejuízos indevidos resultantes de deficiente registo e avaliação de ausências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado
	Inserção inadequada de certificados de incapacidade temporária para o trabalho e de outros documentos justificativos da ausência ao serviço	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Inserção efetuada exclusivamente pela equipa de gestão de assiduidade Existência de um duplo nível de conferência da documentação e, restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença	Implementado
	Deficiente controlo de distribuição de equipamentos de proteção individual e fardamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação dos equipamentos existentes Levantamento de necessidades dos equipamentos	Implementado
	Auséncia ou deficiente levantamento de competências por função	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envolvimento dos dirigentes no desenvolvimento deste instrumento, bem como na constante atualização dos perfis de competências	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Recursos Humanos (DRH) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação prévia do perfil de competências e/ou das necessidades evidenciadas em mapa pessoal Informação agregada de pedidos de mobilidade Realização de Diligência Devida	Implementado
	Discretionariedade, ambiguidade e/ou subjetividade na avaliação dos candidatos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios que permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade Realização de Diligência Devida	Implementado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficitário sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Segregação de funções	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções	Implementado
Gestão Financeira	Controlo deficitário sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções Verificação e monitorização do seu cumprimento Responsabilização dos intervenientes Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Eventos e Representação (DRE)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Registo de entrada e saída de material	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização da Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Eventos e Representação (DRE) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
	Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado						
	Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado						
	Segregação de funções	Implementado						
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado						

**Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)**  
**Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI)**

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Segurança da Informação</b>	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	2	2	Reduzido		Segregação de Funções	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	2	2	Reduzido		Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado
							Ativação de alertas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento Financeiro (DFI)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

**Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)**

**Departamento Financeiro (DFI) - cont.**

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Assuntos Jurídicos</b>	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados Segregação de funções Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado

**Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)**

**Departamento Financeiro (DFI) - cont.**

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções Verificação e monitorização do seu cumprimento Responsabilização dos intervenientes Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado
	Alterações e revisões propostas desajustadas das necessidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados com as necessidades de cada momento Reuniões de monitorização antes de fechar as propostas	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade Criação de alertas Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado
	Não cumprimento das exigências legais e procedimentos formais na contratação de empréstimos, podendo comprometer o limite de endividamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência (ou criação) de equipa de técnicos responsáveis pelo acompanhamento do serviço da dívida e endividamento do Município Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade dos objetivos propostos Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de funções	Implementado
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões prévias e de acompanhamento com os responsáveis das UO, no decorrer do processo de elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Moveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado Em Implementação
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contratação Pública (DCP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos Estreita colaboração com serviços requisitantes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos Existência de documento junto ao pedido aquisitivo que contemple as especificações técnicas Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)	Implementado
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
	Falta de cabimentação prévia da despesa	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de aquisição	Implementado
	Ausência de fundamentação do preço base	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Consultas preliminares/evidências sites/Portal Base/procedimentos anteriores	Implementado
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios de avaliação e equipa multidisciplinar que assegurem uma análise rigorosa e imparcial Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise da Ficha de contrato Realização de avaliação ao fornecedor Atualização da base de dados	Implementado
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação dos valores acumulados em triénio	Implementado
	Não respeitar a relação entre empresas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas	Implementado
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação atempada pelo Gestor do Contrato, do incumprimento dos fornecimentos Realização de avaliação de fornecedores e qualidade dos materiais fornecidos	Implementado
	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP Realização de Diligência Devida	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contratação Pública (DCP) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Redação de uma informação, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades contactadas, dos preços praticados, bem como dos prazos de entrega dos bens/prestação dos serviços a contratar	Implementado
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação eficaz Realização, na medida do permitido pela urgência registada, da agregação de necessidades face aos intervenientes envolvidos	Implementado
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	2	3	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formalização das advertências assim que as irregularidades sejam comunicadas pelo Gestor de Contrato Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento do prazo do contrato	Implementado
	Deficiente acompanhamento dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e preço contratual	Implementado
Gestão do Património Municipal	Deficiente controlo das existências	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) - cont.									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções	Implementado	
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções Verificação e monitorização do seu cumprimento Responsabilização dos intervenientes	Implementado	
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade Criação de alertas Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado	
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade	Implementado	
	Erros e/ou omissões no registo contabilístico de imobilizado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização e verificação dos registo efetuados	Implementado	
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de funções	Implementado	
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Apoio à Gestão (DAG)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios recebidos	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Implementado
Gestão do Domínio Público Marítimo e do Domínio Público Hídrico	Atribuição de títulos (licenciamentos e concessões) indevidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária Procedimentos acompanhados e validados por vários elementos da equipa	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de Funções Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Acompanhamento da descentralização de competências	Ausência de controlo do sistema para verificações dos prazos legais de reporte	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Verificação e acompanhamento dos prazos, através de reuniões com as Unidades Orgânicas responsáveis	Implementado
	Incumprimento das obrigações da CMC na gestão dos centros de saúde	1	1	1	Reducido	Aceitar o risco	Visitas diárias e reporte dos incidentes na plataforma GLOSE	Implementado
	Incorrecta análise das despesas elegíveis para reporte à DGAL do FPD (Fundo de Financiamento da Descentralização)	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Fundamentação técnica e jurídica das despesas elegíveis	Implementado
	Deficiente articulação interna na divulgação de informação proveniente de entidades externas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Articulação com as unidades orgânicas envolvidas no processo de descentralização Consulta dos portais institucionais das entidades externas competentes	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								
Departamento de Planeamento e Controlo (DLC)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Manual de Procedimentos da DACI Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido		Segregação de funções Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC Programa de Auditoria Interna por AI a realizar Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC com ações de acompanhamento Checklist de acompanhamento das AI Mapa de Follow-up de AI's conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI	Implementado
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor	1	2	2	Reduzido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata Checklist de acompanhamento das AI Programa de garantia de qualidade e melhoria Subscrição pelo auditor da Carta de Auditoria, Manual de Procedimentos e Norma de Controlo Interno Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata Reuniões de Equipa pós Auditorias para preparação do relatório. Nesta fase, a equipa deverá rever e analisar os resultados; consolidar as constatações, agrupando-as e sistematizando-as; classificar os resultados; elaborar recomendações e o projeto para o relatório de auditoria. Programa de garantia de qualidade e melhoria Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Cumprimento do Código de Ética e Conduta Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses	Implementado
	Violão dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	2	2	Reduzido		Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
	Deficiente enquadramento das matérias para aprovação superior	1	2	2	Reduzido		Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
	Acesso indevido a informações sigilosas constantes nas denúncias	1	2	2	Reduzido		Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Cumprimento do Código de Ética e Conduta Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
	Atos de retaliação contra denunciantes	1	2	2	Reduzido		Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência Cumprimento do Código de Ética e Conduta Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Morosidade ou ausência de resposta aos denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta Implementação do Manual de Procedimentos Designação de diversos Gestores de Denúncias	Implementado
	Utilização indevida de informação privilegiada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação do Manual de Procedimentos Cumprimento do Código de Ética e Conduta Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
	Atraso na publicitação e comunicação dos instrumentos de execução do Programa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta Implementação do Manual de Procedimentos Plano de monitorização do Sistema de Gestão Anticorrupção Plano de comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado
	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados Segregação de funções (o visado não participa no processo de averiguação e tomada de decisão) Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura Cumprimento do Código de Ética e Conduta Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)								Responsável: Diretor de Departamento			
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado			
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	1	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado			
							Segregação de funções	Implementado			
							Registo de ofertas	Implementado			
							Verificação dos critérios de elegibilidade estabelecidos para a escolha de parceiros (ex: Análise do histórico da entidade beneficiária)	Implementado			
	Duplo financiamento				Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado			
							Subscrição de Declaração de Beneficiário com preenchimento do "Questionário de Duplo Financiamento"	Implementado			
							Aposição de logótipo/carambo na documentação física de despesa apresentada à participação.	Implementado			
							Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação			
	Utilização indevida dos apoios pelo Município				Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização dos trabalhadores diretamente envolvidos na gestão dos projetos (via reuniões sistemáticas e regulares)	Implementado			
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação			
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação			
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação			
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto				Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado			
							Segregação de funções	Implementado			
							Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação			
							Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação	Implementado			

**Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)**

**Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL) - cont.**

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente capacidade de reporte de execução	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Relatórios trimestrais de atividades da própria Direção Relatórios intercalares / anuais às Autoridades de Gestão	Implementado Implementado
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
	Incorrecta verificação da conformidade da despesa	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Implementado Implementado Em Implementação

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Em Implementação
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Em Implementação
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes</b>	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Em Implementação Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado Implementado Implementado
<b>Atribuição de Apoios Financeiros</b>	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Em Implementação Implementado Implementado Implementado Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado Implementado Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)									Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont.									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Analise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
Comunicação	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado	
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado	
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios	Implementado	
	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção de Habitação (DPH)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
Projetos de Obras Municipais	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado		Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção de Habitação (DPH) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervêm no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
Ausência ou deficiente reporte da execução	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU) Departamento de Processos Especiais (DPR)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções com Apreciação Sequencial Hierarquizada	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Ações de formação	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento no processo de elaboração e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses.	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido		Elaboração de relatórios de controlo.	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses.	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido		Segregação de funções.	Implementado
						Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos.	Implementado
							Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos.	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica.	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento					
Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU)													
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Registo de ofertas	Implementado					
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos, de forma equitativa	Implementado					
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal						Responsabilização da chefia para alteração do técnico atribuído	Implementado					
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado					
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado					
							Ações de formação	Implementado					
							Realização de reuniões regulares	Implementado					
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação						Envio sistemático de Manuais de procedimentos	Implementado					
							Segregação de funções	Implementado					
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação					
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação					
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Implementado					
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de forma equitativa	Implementado					
							Definição de equipas atribuídas a cada natureza de processo	Implementado					

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2			Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
Loteamentos municipais	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2			Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2			Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Projetos municipais de arquitetura (habitação municipal, equipamentos)	Utilização de critérios de elaboração inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de elaboração/decisão	1	2	2			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMHU) Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios (DES)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Relatório de Gestão de Risco - 2023									Responsible: Chefe de Divisão
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais	Implementado	
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado	
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
							Implementação de Power BI de produtividade do Departamento	Implementado	
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado	
							Ações de formação	Implementado	
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado	
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
Cobrança de taxas	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado	
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
							Controlo das contas correntes da entidades	Implementado	

**Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)**

**Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)**

Responsável: Chefe de Divisão

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Execução de Obras Municipais</b>	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controle e enquadradas pela cadeia hierárquica Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Implementado
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS) Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos Elaboração de Relatórios de Fiscalização	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)													
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento					
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Registo de ofertas	Implementado					
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades						Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação					
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
	Ausência ou deficiente reporte de execução						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Critérios técnicos pré-definidos	Implementado					
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado					
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de acompanhamento e controlo	Implementado					
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Crítérios de análise pré-definidos	Implementado
							Crítérios de monitorização pré-definidos	Implementado
							Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)													
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento					
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Registo de ofertas	Implementado					
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado					
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal						Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado					
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado					
							Ações de formação	Implementado					
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado					
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado					
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado					

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de instrumentos que garantam que a recolha de opiniões é efetuada de forma isenta e imparcial (livro de reclamações e/ou de elogios, endereço eletrónico)	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Produção de indicadores e de controlo de dados	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Acompanhamento periódico da evolução dos indicadores	Implementado
							Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS) Departamento de Participação e Cidadania (DPC)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização da Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado		Mitigar ou Partilhar o risco Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido		Aceitar o risco Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido		Aceitar o risco Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido		Aceitar o risco Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido		Aceitar o risco Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido		Aceitar o risco Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Participação e Cidadania (DPC) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Crítérios de análise pré-definidos	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido		Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado	
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Realização do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Segregação de Funções	Implementado	
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Solicitação de relatórios de execução	Implementado Implementado Em Implementação	
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado	
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital) Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Por Implementar Implementado Implementado Por Implementar Implementado Em Implementação	
	Ausência ou deficiente reporte de execução reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Critérios técnicos pré-definidos Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de acompanhamento e controlo Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado Em Implementação Implementado Implementado	
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação dos resultados das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado Implementado Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementada	
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado	
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado	
							Critérios de monitorização pré-definidos	Implementado	
	Inexistência de avaliação dos resultados do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação	
							Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado	
							Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	

**Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)**

**Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.**

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Comunicação</b>	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes Calendarização conjunta de iniciativas Segregação de funções	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparéncia administrativa)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam Segregação de funções Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Relatório de Gestão de Risco								Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC) Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação	Implementado	
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Existência de dossier financeiro com centro de custos Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
<b>Atribuição de Apoios Financeiros</b>	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Existência de dossier financeiro com centro de custos Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
<b>Atribuição de Apoios Sociais</b>	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Registo de ofertas Segregação de funções nas diferentes fases do processo Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reducido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Segregação de Funções Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS) Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Solicitação de relatórios de execução Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização indevida dos subsídios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos subsídios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								Responsável: Diretor de Departamento					
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.													
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Registo de ofertas	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado					
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					
Ausência ou deficiente reporte de execução	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação					
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Relatório de Gestão de Risco - 2023								Reservado		
Atividades		Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Gestão do Património Municipal		Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados		Implementado
		Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados		Implementado
		Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados		Implementado
		Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados		Implementado
		Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos		Implementado
		Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações		Implementado
		Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo		Implementado
		Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		Implementado
		Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual		Implementado
		Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos		Implementado
		Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis		Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros		Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses		Implementado
		Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		Implementado
							Aceitar o risco	Segregação de funções		Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses		Implementado
							Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		Implementado
								Segregação de funções		Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito		Implementado
								Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial		Implementado
								Análise do histórico da entidade beneficiária		Implementado
								Segregação de funções		Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Registo de ofertas Segregação de funções nas diferentes fases do processo Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Segregação de Funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Solicitação de relatórios de execução	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido		Crítérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital) Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido		Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido		Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
Projetos Cofinanciados	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reducido		Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Projetos Cofinanciados	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC) Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado Em Implementação
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Por Implementar Implementado Implementado Implementado Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Crítérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar
							Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC) Departamento de Promoção do Talento (DPT)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorrecta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento					
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.													
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
	Ausência ou deficiente reporte de execução						Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
							Segregação de funções	Implementado					
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Segregação de funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes Calendarização conjunta de iniciativas Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Existência de Plano comunicação Cascais Jovem	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam Segregação de funções Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)								Responsável: Coordenador
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e arquivo de toda a documentação entregue	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado
							Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado
							Implementado	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos Reporte de informação periódica relativa à utilização da frota municipal aos serviços da Administração Direta Estado	Implementado	
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções/Segregação de acessos Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado	
Manutenção da Frota do Município (Viaturas e Máquinas)	Deficiente controlo sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções Segregação de acessos	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
	Deficiente avaliação/gestão de contratos da frota cuja manutenção esteja contratualizada com entidade externa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
Planeamento e Gestão de Transportes	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota	Implementado	
	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado Em Implementação	
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Existência de critérios de análise pré-definidos	Implementado Em Implementação	
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica Acompanhamento permanente	Em Implementação	
							Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado		Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Reabilitação Urbana (DRU)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Autoridade de Transportes (DAT)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento do município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão	Implementado
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico Acompanhamento presencial da atividade dos operadores Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
	Ausência ou inadequada supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
Promoção dos Transportes e Mobilidade	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Existência de critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Implementado